



Revista Brasileira de Ciências Sociais

ISSN: 0102-6909

anpocs@anpocs.org.br

Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Ciências Sociais
Brasil

Loureiro, Maria Rita

As origens e consequências da judicialização da política

Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 29, núm. 84, febrero-, 2014, pp. 189-191

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=10730645012>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

políticas nos diferentes países revelou que elas não têm contrariado os valores nem tampouco os interesses aí dominantes.

Em suma, Hirschl conclui que a constitucionalização e a revisão judicial se tornaram hoje “globais”: tudo é passível de ser judicializado, ou seja, juízes não eleitos e sem responsabilização política estão se constituindo em principal corpo decisório no mundo contemporâneo, o que certamente põe em questão a ordem democrática.

Tais reflexões são sumamente importantes para nós no Brasil de hoje, que vivemos os dilemas criados pela Constituição de 1988. Se, de um lado, ela procurou garantir direitos básicos em uma sociedade historicamente elitista e excludente, de outro, criou um Supremo Tribunal como uma das cortes com mais poderes institucionais do mundo (sendo, ao mesmo tempo, corte constitucional, revisional e penal). Vem transformando seus juízes em árbitros supremos em questões centrais da vida coletiva e das disputas políticas e incentivando partidos de oposição a buscar na corte constitucional alternativa para afirmar interesses que não conseguem pela via eleitoral ou parlamentar.

MARIA RITA LOUREIRO
é professora titular da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP.
E-mail: <marita.loureiro@gmail.com>.

A diplomacia brasileira e a questão africana

Jerry DÁVILA. *Hotel trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980*. Tradução de Vera Lúcia Joscelyne. São Paulo, Paz e Terra, 2011. 334 páginas.

José Alexandre Altahyde Hage

Hotel trópico, do brasilianista Jerry Dávila, dedica-se a analisar assunto ainda muito delicado para a história da política externa brasileira, bem como para a sociologia nacional. Afinal, quais foram os motivos que levaram o Brasil a se aproximar diplomaticamente da África Ocidental nos anos 1950? Por que Gilberto Freyre foi intelectualmente central na triangulação Portugal, Brasil e África lusófona? Terá sido o *lusotropicalismo* do pensador pernambucano, cujo ponto central é a defesa de Portugal como nação civilizadora?

O assunto não é fácil desdobrar em virtude de melindres que podem surgir, mesmo sendo relativamente antigo. Assim, Dávila acredita que a ponta de lança para abrir espaço naquele lado da África foi a obra de Freyre e a influência que ele exercia no Ministério das Relações Exteriores do Brasil, o Itamaraty. Mas por que Freyre tivera tanto prestígio na chancelaria, apesar das críticas que já se faziam ao autor de *Casa grande & senzala*? Na mesma época Dante Moreira Leite já opinava que Freyre só interessava a pouquíssimo número de estudiosos, sobretudo aqueles que negavam as revoluções populares (Leite, 1983).

Dávila é da opinião de que havia pressupostos culturais no Itamaraty para que seus diplomatas advogassem a existência de democracia racial no Brasil e das peculiaridades positivas de Portugal como nação colonizadora. Como dizia Freyre, diferentemente da Holanda, da Inglaterra e da França, Portugal era construtor de povos no além-mar, não um simples explorador de riquezas naturais. A razão para aquilo é que o povo lusitano era desconhecedor de superioridade racial, o que o fazia viver bem nos trópicos.

Para isso, a década de 1930 foi importante para a diplomacia brasileira, quando o Itamaraty se abriu para novos debates culturais advindos da

Semana de Arte Moderna de 1922 e da pregação industrializante que houve no primeiro governo Vargas. Amado Cervo e Clodoaldo Bueno indicam que os esforços de modernização da economia nacional, do projeto de substituição de importações, iniciaram-se também no Itamaraty, o que levou aquele ministério a ter maior sensibilidade para fazer tratados mais voltados ao interesse nacional propriamente dito, como a construção da usina de Volta Redonda (Cervo e Bueno, 2011).

Dessa forma, nos aspectos culturais e ideológicos do desenvolvimentismo, o Brasil aproxima-se da África nos anos de 1950. O primeiro país a ser reconhecido diplomaticamente foi Gana. Na África, o Brasil usava dois meios para melhor adentrar o *continente negro*. Primeiro, a democracia racial, muito trabalhada por Freyre. Segundo, é a máxima de que o Brasil seria um Estado subdesenvolvido, mas em franco progresso econômico e, por isso, credenciava-se a ser parceiro dos novos Estados africanos. Assim escreve o autor:

A África era um símbolo da mudança num meio intelectual comprometido com medidas desenvolvimentistas que iam da industrialização até a reforma agrária e que definiam sucesso como capacidade de o Brasil sair da sombra dos Estados Unidos e se tornar líder mundial por conta própria (p. 71).

Na questão racial a diplomacia brasileira valia-se das pregações luso-tropicais do autor de *Um brasileiro em terras portuguesas*. A partir desse instrumento *conceitual* o Brasil se apresentava como civilização tropical, resultante do cruzamento entre portugueses, índios e negros. Ao contrário das experiências inglesas, francesas e holandesas, o lusitano ambientou-se nos trópicos, criando povos, cujo ponto central seria a aglutinação entre colonizador e colonizado para a criação de algo superior: a miscigenação (Freyre, 1953).

Como o Brasil seria um caso de sucesso antirracista, ao contrário dos Estados Unidos e da África do Sul, como se costumava frisar, o país se credenciava a ser membro privilegiado da nova ordem africana na visão europeia, mas não na perspectiva de Portugal. Isto porque as relações luso-brasileiras

não eram fáceis quando o foco era a África lusófona. Isso porque o Brasil era caudatário de Portugal na política africana. Na realidade, o Itamaraty se encontrava despreparado para enfrentar questão tão espinhosa e com traços emocionais. Não havia, de fato, espaço na chancelaria para compreender assuntos afro-asiáticos, embora o Itamaraty tenha procurado constituir grupos de acompanhamento ao Terceiro Mundo, como ocorreu na Conferência de Bandung em 1955.

Ademais, é preciso levar em conta o papel que Portugal ocupava na mente das elites socioculturais brasileiras. Em linhas gerais, o que Lisboa apontava para a África deveria ser considerado correto, já que Portugal era um Estado mais bem preparado diplomaticamente, o que sugeria ser também correto para o Brasil adotar a visão da ex-metrópole. Mas de onde vinha a influência portuguesa sobre o Brasil? Além da obra de Freyre, não se pode esquecer da comunidade lusitana, sobretudo no Rio de Janeiro, antiga sede do Itamaraty.

Dávila mostra que a comunidade portuguesa no Rio de Janeiro, formada por comerciantes, jornalistas e políticos, era a mais promissora tanto em termos regionais quanto em comparação a outros grupos de imigrantes e, no geral, tinha políticas controversas. Ela era conservadora a ponto de sustentar a ditadura Salazar como necessária para Portugal e para as províncias do ultramar, como Lisboa preferia chamar suas posses africanas asiáticas.

Sob essa condição, a comunidade lusitana do Rio de Janeiro conseguia influenciar o Itamaraty na defesa de Salazar perante seus críticos e na manutenção do sistema colonial. Esse arranjo contava com aliados profícuos como o jornalista Carlos Lacerda, que fora deputado federal e governador do extinto estado da Guanabara, e com a rede de comunicação dos *Diários Associados*, do lusófilo Assis Chateaubriand. Ambos ajudavam a afastar críticos antissalazaristas e partidários da libertação nacional africana.

Mesmo intelectuais críticos, como José Honório Rodrigues, titubeavam: se, de um lado, era contra a permanência de colônias na África, de outro, também acreditava que havia democracia racial no modo colonizador português. Com efeito, essa combinação do “jeito lusitano de ser”, da malícia di-

plomática e da pressão política causava indignação, como aponta o desabafo de Afonso Arinos de Mello Franco, chanceler do governo Jânio Quadros:

“[...] a diplomacia salazarista, mais sagaz, mais firme e menos vacilante do que a nossa, leva de arrastão o Brasil, ora explorando o sentimentalismo de parte de nossas elites, ora envolvendo alguns políticos e intelectuais por meio de viagens e honrarias, ora influenciando em certa imprensa, através do poder econômico, principalmente no Rio de Janeiro” (p. 119).

A célebre Política Externa Independente (PEI), formulada no governo Quadros com apoio de João Goulart e do chanceler Santiago Dantas, procurou manter distância relativa tanto dos Estados Unidos, potência hegemônica, como de Portugal, potência colonial decadente. Porém, mesmo com um programa reformista, como fora a PEI, a margem de manobra do Brasil não era tão larga a ponto de firmar seus propósitos e, ao mesmo tempo, suportar pressões. Por isso Dávila observa que as dificuldades com relação ao colonialismo português não advinham somente das potências em questão, mas do próprio Itamaraty.

Havia, pois, um paradoxo bem compreendido pelo autor. Embora a chancelaria fosse imbuída de sentimentos a favor da igualdade racial e do justo desenvolvimento ao Terceiro Mundo, sua burocracia criava dificuldades, até mesmo constrangimentos, quando se tratava de decisões que não lhe agradassem. Uma parte polêmica do livro retrata a nomeação do jornalista Raimundo de Souza Dantas como embaixador brasileiro em Gana.

Em 1961 o então presidente Jânio Quadros acreditava que a nomeação de um embaixador negro para a África ajudaria a construir a imagem de uma nação onde não havia preconceito racial, em que o negro podia exercer cargo relevante na diplomacia; tradicionalmente setor da burocracia federal, preenchido pela elite sociocultural brasileira. Vindo dos baixos estratos sociais, o autodidata Dantas acreditava que podia cumprir bem sua tarefa; enganou-se.

Sua nomeação desagradou até José Honório Rodrigues, cuja opinião era a de que aquilo fora

racismo às avessas. Da mesma forma, o presidente Nkrumah afirmou na época: “por que esse senhor não foi nomeado para Suécia em sim para Gana?”. A ideia de que um diplomata negro era útil em um país de negros não seria positivo; era mais uma reafirmação da fé. Em outras palavras, a diplomacia nacional não tinha convicção naquilo que pregava.

Em virtude da insatisfação com a nomeação de um embaixador negro, o Itamaraty passou a boicotá-lo de várias formas. Seus telegramas não eram passados no tempo certo, seus pedidos eram demovidos. E o mais curioso, Dantas não tinha residência oficial porque o secretário Sérgio Correa do Lago, diplomata de carreira, se sentia inferiorizado por ter de servir a um superior negro e ter de ceder-lhe residência da embaixada. Esse fato chamava atenção dos diplomatas africanos: o Brasil é uma democracia racial, mas os diplomatas são todos brancos.

Correa do Lago não saía da residência oficial por melindre e por proteção do espírito de corpo da carreira. Dantas intuía que algumas coisas funcionavam mais como jogo de cena e, para não agravar o conflito, preferiu morar em hotel até o dia em que se sentiu na obrigação de pedir demissão, findando a única experiência de se ter um embaixador negro.

Depois disso o programa de democracia racial e desenvolvimentista que o Brasil formulara para a África passou a ser movido por certo romantismo, voluntarismo e desconfiança. O escritor Antonio Olinto, como adido cultural na Nigéria, usava recurso financeiro próprio para cumprir programas e compromissos. Com o golpe político-militar de 1964, o “encanto” africano se esvaiu. De fato, o governo Castelo Branco tinha pouca estima por políticas pan-africanistas e pan-arabistas, além de não cultivar boas relações com países africanos por temor de o Brasil ser envolvido em atmosfera comunista.

Dávila também ressalta o papel desempenhado pelo embaixador Meira Penna na Nigéria em 1964. Francamente conservador, ele representava o espírito da política internacional do governo Castelo Branco: mais realismo, aceitação das vicissitudes advindas das relações internacionais e oportunismo. Em plena Guerra Fria, por exemplo, o Brasil

não hesitava em rechaçar políticas reformistas das Nações Unidas para se manter fiel à demanda das potências hegemônicas, o que o levava o país a apoiar Portugal na África.

Vimos que a postura a favor da democracia racial e da igualdade, sugerindo que o Brasil pudesse ser exemplo de sucesso intrarracial, não era exercida por diplomatas veteranos, como Meira Penna, Vasco Leitão da Cunha, Negrao de Lima e mesmo pelo jovem Correa do Lago. Como demonstrado por Dávila, não eram valores de geração, mas sim de setores sociais.

Por outro lado, o que contribuiu para que alguns diplomatas se tornassem “africanófilos”? Alberto da Costa e Silva se destacava nesse grupo simpático ao Terceiro Mundo, sendo um entusiasmado estudioso das questões africanas, a ponto de ser autoridade sobre o tema nos dias atuais. Também Frederico Carlos Carnaúba foi tão anticolonialista que chegou a ser vigiado de perto pela polícia política portuguesa, a Pide do governo salazarista.

Com efeito, não havia homogeneidade na diplomacia brasileira exercida durante o regime militar. Em 1968, o lusitanismo de Castelo Branco já não era atraente no governo Costa e Silva, que procurava ser mais autônomo em algumas questões. Na década de 1970, a política brasileira começava a procurar meios de se distanciar de Portugal, na tentativa de neutralizar as críticas concernentes à indiferença que marcara Brasília em relação à África. Com o falecimento de Salazar, não havia condições políticas para bancar o colonialismo.

Alguns acreditam que a preocupação brasileira de se aproximar da África lusófona era parte do grande projeto geopolítico dos militares, incluindo Castelo Branco, qual seja, tornar o Brasil o substituto de Portugal quanto à influência nas antigas colônias africanas: uma espécie de referência político-econômica que Angola e Moçambique, entre outras, necessitariam em face de uma potência regional ascendente. Na verdade, havia quem acreditasse que aquilo era plano arquitetado pelo general Golbery, gestado na Escola Superior de Guerra, mas com apoio do Itamaraty (Schiller, 1981).

A grande inflexão, pró-independência, se dá no governo de Ernesto Geisel em 1975: o chanceler Azeredo da Silveira escala dois diplomatas de linha de frente, Ítalo Zappa e Ovídio de Mello, para negociar pessoalmente com líderes angolanos e moçambicanos, ainda em clima de guerra contra Portugal e seus apoiadores, caso da África do Sul. Mesmo negociando com grupos africanos marxistas, da Frente de Libertação Nacional que, em princípio, contrariavam a política brasileira dos militares, o país não mais voltaria atrás.

A independência da África lusófona era questão de tempo. E o Brasil aproveitou para mudar sua imagem perante a África: foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola e Moçambique – senso de oportunidade de Zappa e Mello. Pode ser que nos dias atuais o prestígio de ter sido o primeiro não signifique muita coisa, mas em 1975 foi algo que contrariava os Estados Unidos; Henry Kissinger foi a Brasília para convencer Silveira a abandonar tal ideia. O Brasil estaria comungando com os comunistas ou havia ali outros interesses em jogo?

Contudo, mesmo em clima instável, acirrado pela Revolução dos Cravos em Portugal, em 1974, a figura de Gilberto Freyre ainda persistia como articulador válido na questão africana. Um Freyre *passé-partout* podia ser citado à direita, pelo salazarismo, mas também à esquerda, pelo novo ministro, do Partido Socialista, Mário Soares, que timidamente incorporava em seus discursos a imagem “do mundo que o português criou”. Ainda que fosse questão controversa, Soares não podia se desvencilhar da questão colonial por dois motivos: o problema dos “retornados” a Portugal e o que fazer com Macau.

Por fim, *Hotel trópico* preenche uma lacuna nos estudos de sociologia e relações internacionais brasileiras. De forma simples, mas bem documentado, o livro contribui para o debate histórico acerca não só dos dilemas enfrentados pela diplomacia brasileira, mas também das disputas envolvendo importantes intelectuais do país. Grande mérito para o autor por ter adentrado em terreno movediço, sobretudo no momento em que o Brasil ensaia nova inserção internacional, mais caprichosa, com objetivo de aproveitar as vantagens econômicas e estratégicas que podem existir na África.

BIBLIOGRAFIA

- CERVO, Amado & BUENO, Clodoaldo. (2011), *História da política exterior do Brasil*. Brasília, Editora da UnB.
- FREYRE, Gilberto. (1953), *Um brasileiro em terras portuguesas*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- LEITE, Dante Moreira. (1983), *O caráter nacional brasileiro*. São Paulo, Pioneira.
- SCHILLER, Paulo. (1981), *O expansionismo brasileiro*. São Paulo, Global.

JOSÉ ALEXANDRE ALTAHYDE HAGE
é doutor em ciência política pela Unicamp
e professor do Departamento de Relações
Internacionais da Universidade Federal
de São Paulo. E-mail: <alexandrehage@
hotmail.com>.

***Geoffroy de Lagasnerie:
uma polêmica leitura neoliberal
de Foucault***

Geoffroy de LAGASNERIE. *A última lição de Michel Foucault: sobre o neoliberalismo, a teoria e a política*. Tradução de André Telles. São Paulo, Três Estrelas, 2013. 165 páginas.

Elton Corbanezi

A última lição de Michel Foucault: sobre o neoliberalismo, a teoria e a política é um polêmico livro do sociólogo francês Geoffroy de Lagasnerie. Não sem ousadia, o objetivo do livro é definido claramente: trata-se de recorrer ao curso *Nascimento da biopolítica*, proferido por Michel Foucault no Collège de France em 1978-1979, a fim de mostrar como o filósofo francês teria se voltado aos teóricos formuladores do neoliberalismo alemão e norte-americano com a intenção de explorar a potencialidade crítica e emancipadora dessa doutrina contemporânea. Seguindo esse propósito, o autor defende, porém, que não se trata de afirmar uma suposta conversão de Foucault ao neoliberalismo, tampouco de sustentar, como o próprio objetivo do livro já evidencia, que o autor de *Vigiar e punir* estaria reiterando a obsessiva crítica ao neoliberalismo tal como formulada pela esquerda que Lagasnerie concebe como usual.

Desse modo, Lagasnerie pretende um projeto ambicioso, no qual estaria implicada a necessidade de “reinventar a esquerda” (p. 14) e seus postulados críticos direcionados a esse alvo que se tornou comum, o neoliberalismo. Segundo o autor, a percepção “fortemente enraizada nos cérebros” de que o paradigma neoliberal se colocaria do lado do *status quo* é totalmente fundada “num desconhecimento profundo dessa tradição” (p. 38). Tudo se passa então como se a esquerda, desprovida de qualquer criatividade, estivesse sofrendo de uma “paralisia das faculdades intelectuais” ou até mesmo de um “anti-intelectualismo” (p. 12), evidenciados pela uniformização e limitação críticas.

De saída, importa sublinhar que Lagasnerie sustenta sua ideia independentemente de Foucault. Sem fazer referência ao filósofo, Lagasnerie (2011) já havia afirmado em artigo publicado no *Le Monde* antes de seu livro: